

# BOLETIM INFORMATIVO

Núcleo Especializado de  
Cidadania e  
Direitos Humanos



08/novembro - 17/dezembro  
2021



O Informativo do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da Defensoria Pública de São Paulo (DPESP) apresenta as principais atividades desenvolvidas ao longo do mês, considerando os intervalos entre as Reuniões Ordinárias, realizadas sempre na primeira sexta-feira útil de cada mês.

Neste final de ano, considerando os fatos de extrema relevância que foram objeto de atuação do NCDH, este Boletim Informativo está sendo publicado no último dia útil de 2021 para abarcar os acontecimentos havidos até a véspera do recesso forense.



## Editorial: Violência Persistente

5 de março de 2002: doze homens mortos numa emboscada armada pela Polícia para executar pessoas consideradas suspeitas de participarem de crime organizado, sem lhes dar qualquer chance de defesa. Mais de 700 disparos foram efetuados a partir das armas que estavam com os Policiais. Nenhum agente estatal foi responsabilizado. Ninguém foi condenado. As autoridades públicas envolvidas não foram sequer denunciadas.

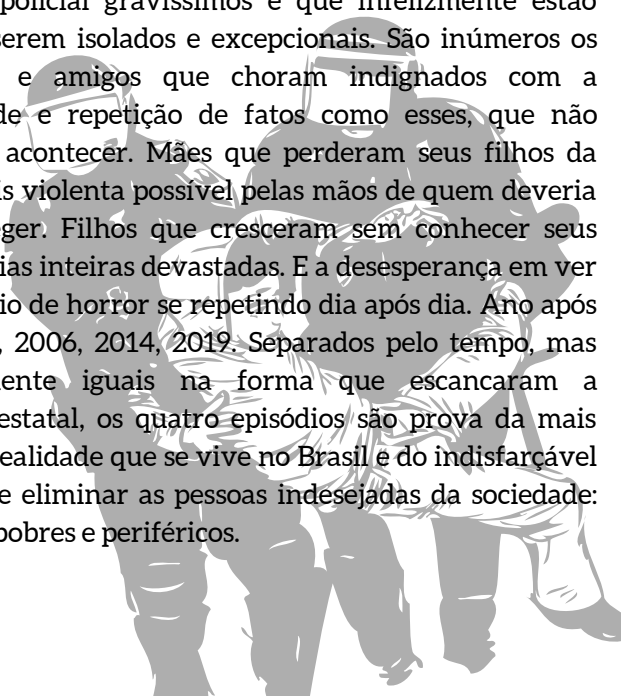
12 a 21 de maio de 2006: mais de 500 pessoas, em sua maioria jovens negros e periféricos, foram executadas por policiais e grupos de extermínio. Quase todos os inquéritos foram arquivados. 15 anos depois, familiares ainda aguardam respostas sobre as circunstâncias das mortes.

6 de setembro de 2014: quatro jovens foram brutalmente executados pela Polícia em uma emboscada, tiveram dentes arrancados, perfurações ao redor do pescoço de um dos jovens formando um "colar de balas", rostos desfigurados. Os corpos mutilados foram fotografados e as imagens divulgadas pelos telefones celulares dos próprios jovens, aterrorizando toda a comunidade. Ao todo, foram 25 disparos contra as vítimas. Nenhum policial foi denunciado. O promotor entendeu que houve legítima defesa. Nenhuma família teve coragem de processar o Estado civilmente.

1 de dezembro de 2019: nove jovens foram mortos em ação truculenta da Polícia Militar, que, sob gritos de "vai morrer", agrediu pessoas desarmadas, que tinham ido a uma festa de rua se divertir. Alguns ficaram encurralados em uma via

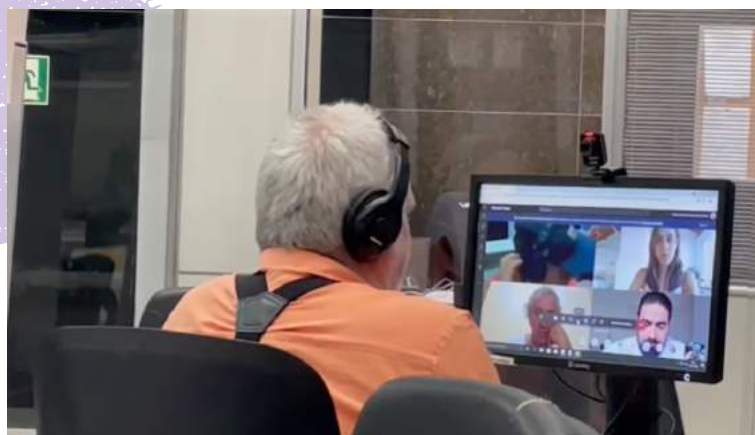
e, sem conseguirem respirar também em razão do spray de pimenta que a polícia lançava, nove jovens entre 14 e 23 anos, vindos de diversos pontos da cidade, morreram asfixiados. Os familiares das nove vítimas ainda clamam por justiça.

Somente neste último período (compreendido de 3 de novembro a 17 de dezembro de 2021), o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública de São Paulo atuou direta e intensamente nesses casos, que constituem episódios de violência policial gravíssimos e que infelizmente estão longe de serem isolados e excepcionais. São inúmeros os familiares e amigos que choram indignados com a impunidade e repetição de fatos como esses, que não param de acontecer. Mães que perderam seus filhos da forma mais violenta possível pelas mãos de quem deveria lhes proteger. Filhos que cresceram sem conhecer seus pais, famílias inteiras devastadas. E a desesperança em ver esse cenário de horror se repetindo dia após dia. Ano após ano. 2002, 2006, 2014, 2019. Separados pelo tempo, mas absolutamente iguais na forma que escancaram a violência estatal, os quatro episódios são prova da mais perversa realidade que se vive no Brasil e do indissociável objetivo de eliminar as pessoas indesejadas da sociedade: os pretos, pobres e periféricos.



## PRÉ-CONFERÊNCIA DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE

O NCDH, por seus coordenadores Davi Quintanilha, Fernanda Balera e Letícia Avelar, e seus integrantes Bruna de Cassia Teixeira Werneck, Fernanda Dutra Pinchiaro e Rafael Alvarez Moreno, moderou a pré-conferência temática realizada no dia 12 de dezembro, em que foram formuladas propostas sobre os temas de Letalidade Policial e Violência Institucional, Direitos da População em Situação de Rua e Meio Ambiente e Outros Temas de Direitos Humanos, que serão votadas pela sociedade civil e servirão de base para a elaboração do Plano de Atuação 2022-2024 da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Para mais informações, clique [aqui](#).

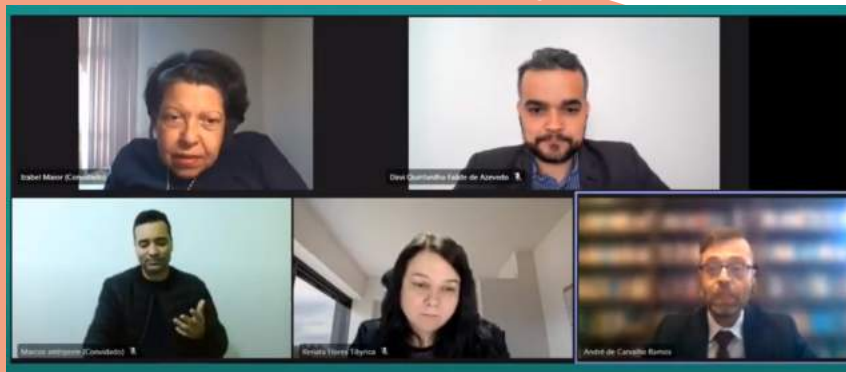


## NÚCLEO ESTRATÉGICO DE DEMANDAS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

O NCDH foi convidado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo a participar de reunião para contribuir na criação de um Núcleo Estratégico de Demandas de Direitos Fundamentais no âmbito do TJSP. A reunião foi realizada no dia 26 de novembro, com a participação das coordenadoras Fernanda Balera e Letícia Avelar, juntamente com membros do Poder Judiciário e do Ministério Público de São Paulo.

## EVENTO: LANÇAMENTO DA TRADUÇÃO DOS COMENTÁRIOS GERAIS DO COMITÊ SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Os Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos e de Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, em parceria com Escola da Defensoria e a Clínica de Direito Internacional dos Direitos Humanos da Faculdade de Direito da USP, realizaram, no dia 10/12, o lançamento da publicação “Comentários Gerais dos Comitês de Tratados de Direitos Humanos da ONU - Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”. Transmitido ao vivo pelo canal da Defensoria no Youtube, o evento foi realizado na data por ocasião do Dia Internacional das pessoas com deficiência, celebrado em 3 de dezembro, e do Dia Internacional dos Direitos Humanos, comemorado no dia 10. Para assistir ao evento, clique [aqui](#).



**Lançamento da Tradução dos  
Comentários Gerais do Comitê  
sobre Direitos das Pessoas  
com Deficiência (ONU)**

**10 dez 2021 | 9h30 às 12h**  
DefensoriaPublicaSP

**09h30 Abertura**  
RENATA FLORES TIBYRIÇÁ  
Defensora Pública do Estado de São Paulo  
Coordenadora do Núcleo de Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência  
DAVI QUINTANILHA FAILDE E AZEVEDO  
Defensor Público do Estado de São Paulo  
Coordenador do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos  
Coordenador (pós-graduação) da Clínica de Direito Internacional dos Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo  
ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS  
Professor da Faculdade de Direito da USP (Largo São Francisco)  
Supervisor acadêmico da Clínica de Direito Internacional dos Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

**09h45 Histórico do Movimento de Direitos das Pessoas com Deficiência no Brasil e da elaboração Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**  
IZABEL MAIOR  
Mestre em Medicina Física e Reabilitação pela UFRJ e Ex-Secretária Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência

**10h30 A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**  
LAIS FIGUEIRÉDO LOPES  
Advogada. Mestre em Direito pela PUCSP e Vice-Presidente do Conselho Consultivo da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

**11h30 Encerramento**

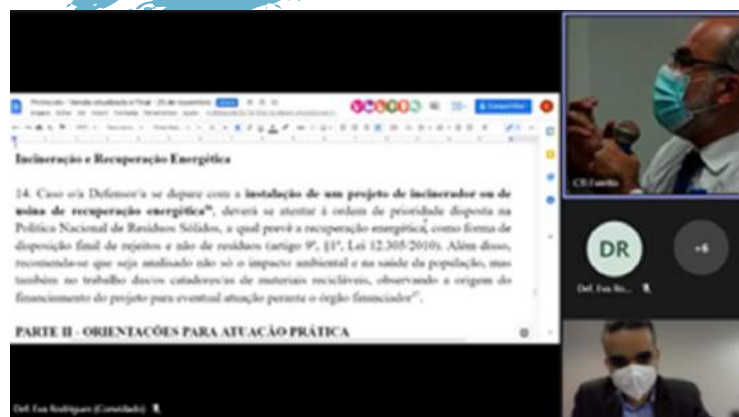
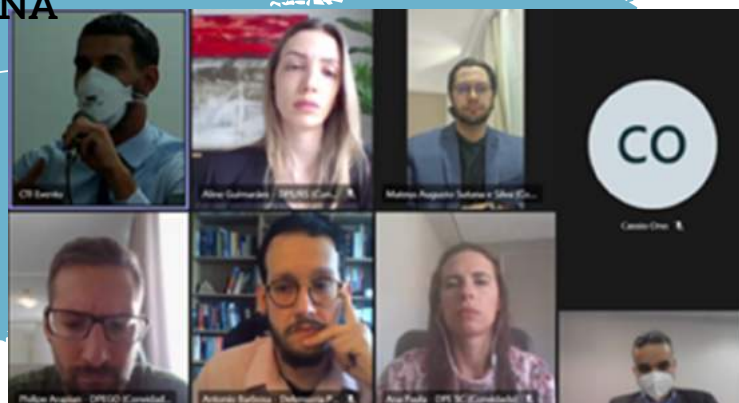
Duas as participantes do evento poderão sofrer alterações, a critério da Escola Defensoria Pública do Estado de São Paulo - DEEP, sem aviso prévio. As opiniões e conceitos emitidos serão de exclusiva responsabilidade dos/as palestrantes. Não representando necessariamente a posição institucional da DEEP ou da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.



O Museu de Imagens do Inconsciente (Rio de Janeiro) autorizou o uso das obras de arte da série Mandalas de Adelina Gomes (1916-1984) e de Fernando Diniz (1918-1999) utilizadas na capa desta publicação e que também aparece parcialmente no cartaz do evento de lançamento. Para mais informações, clique [aqui](#).

## REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA DO CONDEGE

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos Gerais, presidida pelo coordenador do NCDH, reuniu-se ordinariamente na cidade de São Paulo/SP em 26/11 para debater e aprovar as propostas de Protocolo de Atuação em Direitos Humanos e Atenção Psicossocial em Saúde Mental / Álcool e Outras Drogas para Defensoras(es) Públicas(os) e Equipes Técnicas das Defensorias Públicas e de Protocolo de Atuação em Direitos Humanos para Defensorias Públicas na defesa de Catadoras/es de Material Reciclável e Reutilizável. Ambos os protocolos ainda serão submetidos a consultas da DPU e finalmente à plenária do CONDEGE antes da publicação. Deliberou-se, ainda, pela expedição de Ofício ao CNJ a respeito do Provimento nº 104, pela revisão do protocolo sobre população em situação de rua e pela elaboração de um protocolo sobre direitos dos indígenas encarcerados.



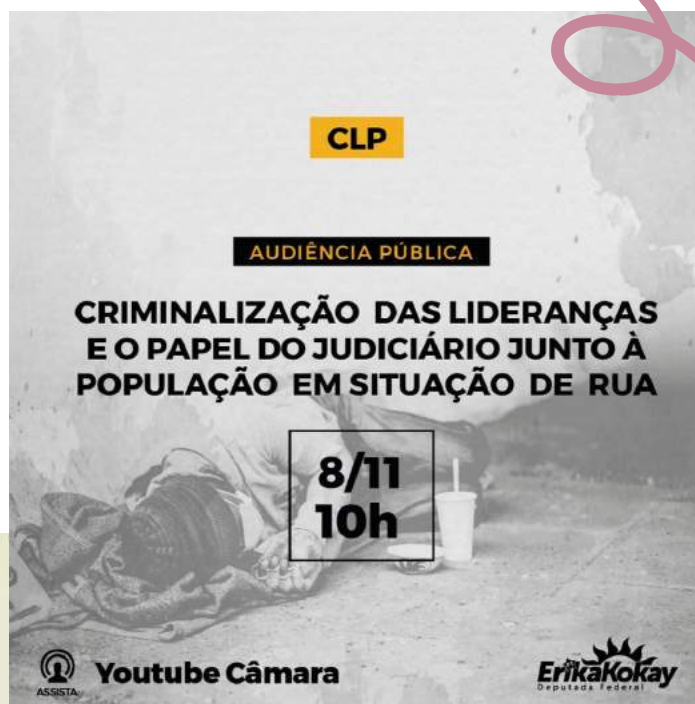
Participaram da reunião: presencialmente, Davi Quintanilha (DPE/SP); Henrique da Fonte (DPE/PE); Eva Rodrigues (DPE/BA); Karoline Santos (DPE/AM); Daniel Dutra (DPE/RN); Fábio Amado (DPE/RJ) e, de forma virtual, Philippe Arapian (DPE/GO); Mateus Sutana (DPE/MS); Antônio Barbosa (DPE/PR); Aline Guimarães (DPE/RS); Ana Paula Fischer (DPE/SC); Fabiana Miranda (DPE/BA). No período da tarde, uniram-se aos colegas presencialmente os defensores Paulo Esteves Alvarenga (DPE/SP) e Cláudio Luiz dos Santos (DPU/RJ).



## POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

### Audiência Pública na Câmara dos Deputados

O NCDH, por seu coordenador Davi Quintanilha, participou da audiência pública da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, realizada em 8/11/2021, sobre a Criminalização das lideranças e o papel do Judiciário junto à população em situação de rua, de iniciativa da deputada Erica Kokay e do deputado Glauder Braga. Para assistir ao evento, clique [aqui](#).



### Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua

O NCDH foi convidado a participar de Oficina promovida pela Comissão Permanente de Democratização e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários do Conselho Nacional de Justiça acerca da Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua, que foi realizada de forma remota nos dias 3 a 5 de novembro e de forma presencial, em Brasília, nos dias 9 e 10 de novembro de 2021.





A coordenadora Fernanda Balera participou da oficina presencial de “design sprint” em Brasília, em que foi desenvolvido o Manual para implementação da Política Nacional, apresentado no Webinário realizado em 11 de novembro. Clique [aqui](#) para acessá-lo.



Para ter acesso à Resolução n. 425 de 08/10/2021 do CNJ, que institui a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua, clique [aqui](#).



## Evento realizado pela DPE/AM

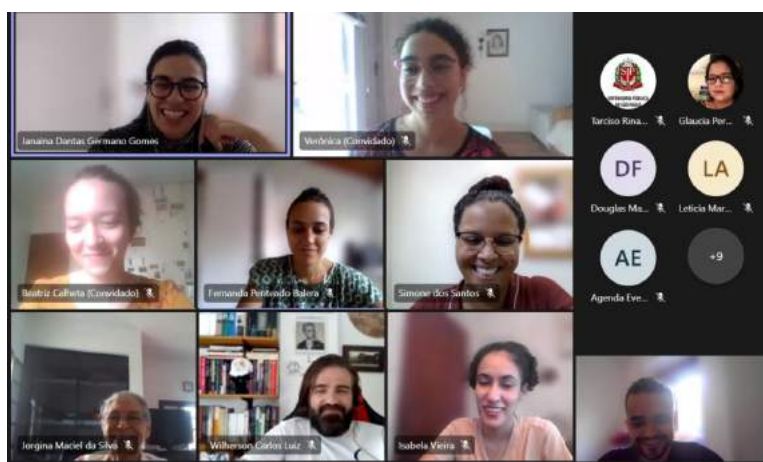
O NCDH participou, por sua coordenadora Fernanda Balera, de evento presencial nos dias 02 e 03 de dezembro promovido pela DPE/AM sobre população em situação de rua, que resultou na criação de movimento em defesa da população em situação de rua do estado do Amazonas. Para mais informações, clique [aqui](#).





## Oficina: Fortalecimento da escuta de violações de direitos da população em situação de rua

O NCDH, em parceria com a Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama, promoveu nos dias 14 e 17/12 oficina de formação sobre o atendimento à população em situação de rua, seus principais desafios e sugestões de boas práticas para membros da DPE/SP.



**OFICINA: FORTALECIMENTO DA ESCUTA DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

14/12, TERÇA-FEIRA, 09H ÀS 12H  
INSCRIÇÕES DISPONÍVEIS [AQUI](#)

**INFORMAÇÕES:**  
AS INSCRIÇÕES SE ENCERRAM ÀS 17H DO DIA 13/12.  
EVENTO VOLTADO PARA O PÚBLICO INTERNO: DEFENSORES/AS, SERVIDORES/AS E ESTAGIÁRIOS/AS.  
O CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO SERÁ ENVIADO APENAS AOS/AS INSCRITOS/AS.  
O EVENTO SERÁ TRANSMITIDO PELA PLATAFORMA MICROSOFT TEAMS.

## Atendimentos itinerantes



Em 3 de dezembro, o NCDH organizou e realizou atendimento itinerante para a população em situação de rua na região da Cracolândia. O atendimento contou com a participação dos coordenadores Davi Quintanilha e Leticia Avelar, do agente Wilherson Carlos Luiz, e dos integrantes do NCDH, Adriana do Carmo Rios dos Santos, Bruna de Cassia Teixeira Werneck, Fernanda Dutra Pinchiaro, Rafael Alvarez Moreno e Vitor Ortiz Amando de Barros.

Em 9 de dezembro, o NCDH realizou atendimento itinerante para a população em situação de rua no Pátio do Colégio, em evento organizado pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (para mais informações sobre o evento, clique [aqui](#)). O atendimento contou com a participação dos coordenadores Davi Quintanilha, Fernanda Balera e Leticia Avelar, dos estagiários Alexia Oliveira, Carina Pasqualin, Carolina Barreto, Henrique Tiosso e Mariana Prado, do agente do NCDH, Wilherson Carlos Luiz, bem como das defensoras Betania Devechi Ferraz Bonfa e Rebeca de Holanda Braga Rocha Freire.



Para mais informações sobre os atendimentos itinerantes realizados pelo NCDH, clique [aqui](#).

## SEGURANÇA ALIMENTAR

### Reuniões com Movimentos, Ministério Público e Prefeito de São Paulo

O NCDH participou de reunião remota, no dia 12/11, com Movimentos e Ministério Público de São Paulo e, posteriormente, de reunião presencial, no dia 16/11, com o Prefeito de São Paulo, em que também estavam presentes representantes dos Movimentos e do MP/SP e no dia 22/11 com as Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Cidadania e de Governo e Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo acerca da segurança alimentar da população em situação de rua. Foram abordados os programas “Rede Cozinha Cidadã” e a gratuidade do “Bom Prato”. Para saber mais, clique [aqui](#).



### Bom Prato

Conforme noticiado no [Boletim Informativo anterior](#), o NCDH ajuizou ação civil pública, juntamente com o Ministério Público de São Paulo, para regularizar a distribuição dos cartões Bom Prato, a fim de garantir alimentação gratuita às pessoas em situação de rua. O juiz responsável pelo caso proferiu decisão deferindo o pedido liminar para determinar a redistribuição de 10 mil cartões inativos, bem como a entrega de 5.195 novos cartões para este mês e nos seguintes, “enquanto perdurarem os efeitos da aguda crise alimentar decorrente da pandemia do coronavírus”.



“Justiça pede redistribuição do cartão Bom Prato”, exibido em 12/11/2021 no SPTV.

“Justiça determina redistribuição de 10 mil cartões inativos do Bom Prato à população de rua da cidade de SP em até 15 dias”.



## HOTEIS SOCIAIS

### Reunião

No dia 08/11 a coordenadora Fernanda Balera participou, em conjunto com o Ministério Público, de reunião na sede da Prefeitura de São Paulo com o Secretário Executivo de Projetos Estratégicos e a equipe de saúde e assistência social do “Programa Redenção” na qual foram apresentados os resultados da política e discutida a situação do Hotel Social New Luz.

### Ação civil pública

Conforme noticiado no boletim informativo anterior, o NCDH ajuizou ação civil pública para impedir o fechamento do Hotel Social “New Luz”. Alternativamente, o NCDH requer a implementação de equipamento (“SIAT III”) na região central da cidade ou, ainda, que as 29 pessoas que hoje estão no hotel social sejam encaminhadas para alternativa habitacional de baixa exigência em serviço de moradia social, no mesmo território onde mantêm seus vínculos comunitários e com os serviços de atendimento psicossocial de sua referência. Em 10 de novembro, o NCDH apresentou petição nos autos da ACP reiterando a impossibilidade de remoção das pessoas que ainda moram no hotel social. Para ter acesso à petição, clique [aqui](#).

## CRACOLÂNDIA

### REMOÇÕES

Em outubro de 2021, o NCDH recebeu diversas denúncias de remoções ilegais de pessoas dos imóveis em que residiam, situados nas Quadras 37 e 38 dos Campos Elíseos. Em ação ilegal e truculenta, a Prefeitura de São Paulo expulsou moradores, incluindo crianças, idosos, famílias inteiras, deixando-as desabrigadas e desamparadas, sem possibilidade inclusive de retirar seus pertences pessoais.



### Ofício à Prefeitura e atendimentos

A partir de então, o NCDH enviou ofício à Municipalidade solicitando informações sobre o ocorrido (para ter acesso ao ofício clique [aqui](#)) e passou a atender, juntamente com o Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da DPESP, alguns desses moradores que foram retirados à força, registrando as entrevistas por mídia audiovisual, a fim de instruir ação civil pública.

### Ação civil pública

Em 26 de novembro, o NCDH e NEHAURB ajuizaram a ação, em busca de atendimento habitacional e reparação às pessoas removidas forçadamente de suas casas, por meio de ação truculenta da IOPE (Inspetoria Regional de Operações Especiais da Guarda Civil Metropolitana - GCM) e da Polícia Civil, que, além de não terem dado nenhum aviso prévio, não fornecerem nenhuma explicação nem apresentarem qualquer documento que pudesse embasar aquelas ações, ainda trataram as pessoas de forma desumana, conferindo-lhes tratamento indigno e degradante, não lhes permitindo sequer que retirassem seus pertences. Para ter acesso à petição inicial, clique [aqui](#).

## Novas ameaças

Além das remoções que se iniciaram no dia 20 de outubro e ocorreram, também, nos dias 21, 26 e 27 de outubro em pelo menos dez imóveis localizados nas quadras 37 e 38, moradores da região seguiram denunciando ameaças de novas remoções e de corte de fornecimento de água e energia elétrica em outros imóveis, o que ensejou o envio de ofícios à SABESP e à ENEL (clique [aqui](#) e [aqui](#) para ter acesso aos ofícios).

## Entrevista

A coordenadora Fernanda Balera concedeu entrevista para a Conectas Direitos Humanos sobre as violações de direitos humanos sofridas pelas pessoas que vivem na região da Cracolândia. Para ter acesso à Entrevista: “Os caminhos possíveis para a Cracolândia”, clique [aqui](#).

# VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

## Caso São Remo

Em 18 de novembro, o NCDH e a Regional Infância e Juventude da Capital apresentaram denúncia para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra o Estado brasileiro em razão de violação de direitos humanos sofrida por moradores da favela São Remo, na Capital do estado de São Paulo. Em 2014, quatro jovens foram executados numa operação da Polícia Militar e imagens de seus cadáveres foram encaminhadas a familiares e amigos, tendo sido amplamente difundidas entre moradores da região, com intuito de ameaçar a comunidade. Em março de 2020, o Ministério Público promoveu o arquivamento dos autos do Inquérito Policial sem oferecer denúncia. O NCDH formulou pedido de desarquivamento, que se mostrou inexitoso. Portanto, a denúncia aponta que o Brasil falhou na investigação e responsabilização dos autores e também na reparação das vítimas e na adoção de medidas para a não-repetição dos fatos.

## Caso Castelinho

Em 1 de dezembro, o NCDH apresentou Escrito de Petições, Argumentos e Provas (EPAP) à Corte Interamericana de Direitos Humanos requerendo a responsabilização do Estado brasileiro por fatos ocorridos em março de 2002, quando doze homens foram sumariamente executados pelas forças policiais do Estado de São Paulo, na Rodovia José Ermírio de Moraes, também conhecida como “Castelinho”. Busca-se, ainda, a responsabilização estatal pela impunidade subsequente, tendo em vista as falhas do Estado ao longo das investigações, o que resultou na impunidade de todos os envolvidos no caso. Depois de quase 20 anos, o NCDH logrou localizar 42 familiares das 12 vítimas, realizou os respectivos atendimentos e peticionou em seus nomes requerendo indenizações por danos morais e materiais, além de diversas medidas por parte do Estado brasileiro como garantias de não repetição das violências policiais. Para acessar a petição, clique [aqui](#).



## DESAPARECIMENTO DE PESSOAS

### Reunião

O NCDH participou de reunião presencial com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, realizada na sede da Defensoria Pública, no dia 16 de novembro, em que estavam presentes o Chefe de Operações da Delegação Regional, Sr. Laurent Reza Wildhaber, a Coordenadora de Proteção, Rita Palombo, a Coordenadora Adjunta e Responsável pelo Programa para Pessoas Desaparecidas e suas Famílias, Larissa Leite, e o Assessor Forense, Frederico Mamede. Além da coordenadora do NCDH, Leticia Avelar, também estavam presentes as defensoras Cecília Ferreira e Mariana Borgheresi, o Primeiro Subdefensor Público-Geral, Rafael Pitanga, e a defensora Fabiana Zapata, assessora de Direitos Humanos da Secretaria de Segurança Pública.

### Encontro com familiares

O NCDH, por sua coordenadora Leticia Avelar e por sua integrante Cecília Ferreira, juntamente com a defensora Mariana Borgheresi, também participou do Encontro com familiares de pessoas desaparecidas, promovido pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, em 18 de novembro, no qual também estiveram presentes a promotora Eliana Vendramini, do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID) do MP/SP e Alcyr Barbin Neto, Ouvidor Municipal de Direitos Humanos do Município de São Paulo. O encontro teve como tema o Acesso a Direitos e, na oportunidade, os familiares puderam expor suas necessidades jurídicas e compartilhar suas experiências junto ao sistema de justiça e ao Poder Público em geral.



## LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO DE PROTESTO

### Ação Civil Pública

O NCDH interpôs agravos em recurso especial e recurso extraordinário nos autos da ação civil pública que ajuizou buscando estabelecer parâmetros mínimos de direitos humanos para atuação da Polícia Militar em manifestações populares. Após sentença favorável do juiz de primeiro grau, o Tribunal de Justiça reformou a decisão, negando qualquer interferência na atuação da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Por essa razão, o NCDH interpôs recursos aos Tribunais Superiores, que foram inadmitidos, ensejando a apresentação dos agravos, que podem ser visualizados clicando [aqui](#) e [aqui](#).



### Entrevista

O coordenador Davi Quintanilha concedeu entrevista para o G1 sobre o uso de armamentos menos letais pelos agentes do Estado em contexto de manifestações populares. Para conferir a matéria "PM de SP compra 270 mil balas de borracha de lotes que falharam em testes; munições serão substituídas por 'bean bags'", clique [aqui](#).

# BOLETIM INFORMATIVO

08/novembro - 17/dezembro

Núcleo Especializado de  
Cidadania e  
Direitos Humanos



## PARAISÓPOLIS

**GUSTAVO CRUZ**

OS 9 QUE PERDEMOS



#NÃO FOI SOCORRO

PARAISÓPOLIS   
3 ATOS 9 VIDAS 

**DENYS HENRIQUE**

OS 9 QUE PERDEMOS



#NÃO FOI SOCORRO

PARAISÓPOLIS   
3 ATOS 9 VIDAS 

**EDUARDO DA SILVA**

OS 9 QUE PERDEMOS



#NÃO FOI SOCORRO

PARAISÓPOLIS   
3 ATOS 9 VIDAS 

**GABRIEL ROGÉRIO**

OS 9 QUE PERDEMOS



#NÃO FOI PISOTEAMENTO

PARAISÓPOLIS   
3 ATOS 9 VIDAS 

**LUARA VICTÓRIA**

OS 9 QUE PERDEMOS



#NÃO FOI PISOTEAMENTO

PARAISÓPOLIS   
3 ATOS 9 VIDAS 

**BRUNO GABRIEL**

OS 9 QUE PERDEMOS



#NÃO FOI PISOTEAMENTO

PARAISÓPOLIS   
3 ATOS 9 VIDAS 

**MARCOS PAULO**

OS 9 QUE PERDEMOS



#NÃO FOI RESISTÊNCIA

PARAISÓPOLIS   
3 ATOS 9 VIDAS 

**MATEUS DOS SANTOS**

OS 9 QUE PERDEMOS



#NÃO FOI RESISTÊNCIA

PARAISÓPOLIS   
3 ATOS 9 VIDAS 

**DENNYS GUILHERME**

OS 9 QUE PERDEMOS



#NÃO FOI RESISTÊNCIA

PARAISÓPOLIS   
3 ATOS 9 VIDAS 

## Evento de pré-estreia

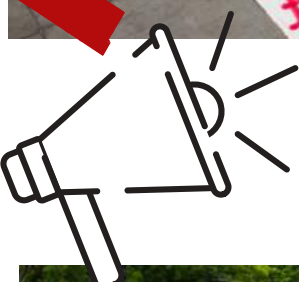
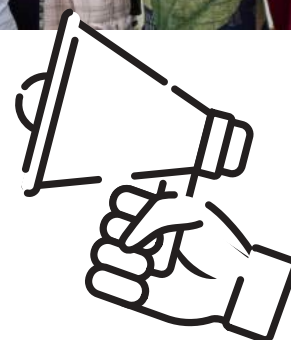


No dia 29/11, os Núcleos Especializados de Infância e Juventude (NEIJ) e de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) e o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp) realizaram, de maneira presencial, o lançamento do projeto “Paraisópolis: 3 atos, 9 vidas”. A iniciativa marcou os dois anos da morte de nove jovens durante ação do 16º Batalhão da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), na festa de rua “Baile da DZ7”, em dezembro de 2019, em Paraisópolis. Ao longo de nove vídeos, são apresentados o resultado da análise multidisciplinar sobre o episódio que vitimou os jovens. O evento foi realizado no Teatro de Contêiner Mungunzá e a produção dos vídeos contou também com a contribuição dos familiares.



## Manifestação e acompanhamento in loco

No dia 01/12, familiares das vítimas e movimentos sociais organizaram um protesto em memória das vítimas. A passeata teve início no Vale do Anhangabaú e percorreu pontos na região central, onde os manifestantes pediram por justiça. O NCDH, por seus coordenadores Davi Quintanilha e Letícia Avelar, acompanhou toda a manifestação na qualidade de observadores de violações de direitos humanos.



## Missa em memória das vítimas

A manifestação teve encerramento na Catedral da Sé, onde o Padre Júlio Lancelotti e o padre Luciano Borges Basílio, que atua há 13 anos como pároco da Paróquia São José, em Paraisópolis, rezaram uma missa em memória das vítimas.



## Participação no Curso Direitos Humanos e Lutas Sociais

No dia 14/12 a coordenadora Fernanda Balera participou da aula de encerramento do curso de especialização “Direitos Humanos e Lutas Sociais”, organizado em parceria do Instituto Vladmir Hergoz e CAAF/UNIFESP, que tratou do Massacre de Paraisópolis.

**NCDH NA MÍDIA**



Massacre de Paraisópolis: resgate demorou 30 minutos e 9 vítimas já chegaram mortas em hospital.

Filme sobre 9 mortos em ação da PM em Paraisópolis contesta versão de acidente; 'massacre' em baile funk completa dois anos.

Faz 2 anos que 9 jovens morreram em operação policial durante baile funk em Paraisópolis.



## SAÚDE



### COVID-19

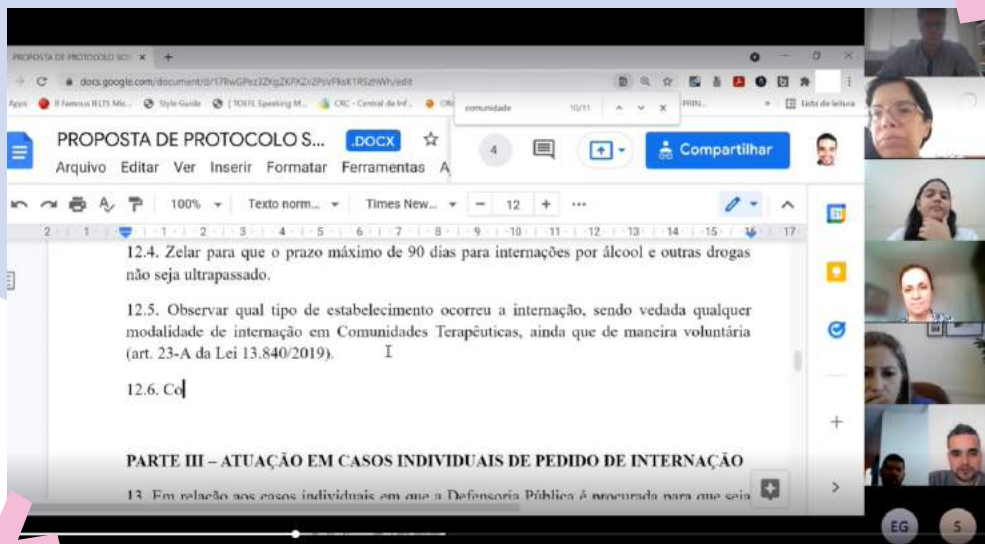
O NCDH segue participando de reuniões e audiências periódicas no âmbito da plataforma de conciliação interinstitucional do TRF-3, para discutir demandas relacionadas à COVID-19.

### Uso Medicinal de Cannabis

O NCDH obteve decisão favorável do TJSP em HC impetrado para requerer autorização para o cultivo de "Cannabis Sativa" para fins medicinais por paciente portadora da doença de Crohn, com diagnóstico de fibromialgia e artrose nos quadris. O MPSP interpôs recursos especial e extraordinário contra a referida decisão e, uma vez inadmitidos os recursos, apresentou os respectivos agravos. No dia 26 de novembro, o NCDH apresentou contrarrazões aos agravos, que podem ser conferidas [aqui](#) e [aqui](#).

### Protocolo de Atuação em Saúde Mental

O NCDH participou de reuniões com defensoras e defensores, além de equipe técnica das defensorias, que atuam com saúde mental, para discussão e elaboração do Protocolo de Atuação em Direitos Humanos para Defensoras e Defensores Públicos em Saúde Mental/Comunidades Terapêuticas, nos dias 5, 12, 17 e 19 de novembro, o qual foi apresentado na reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do CONDEGE (mais informações na parte inicial deste boletim).



## SOCIOAMBIENTAL

### Reunião com MNCR e ANCAT

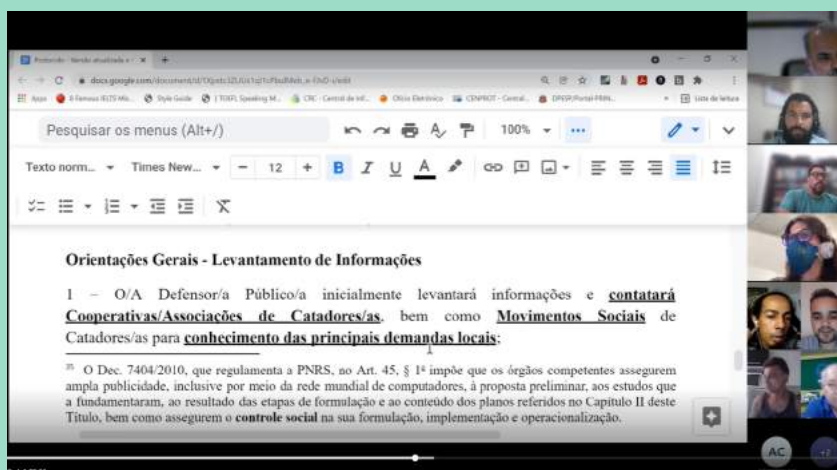
O NCDH, por sua coordenadora Letícia Avelar e seu integrante Paulo Alvarenga, participou de reunião, em 17 de novembro, com o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) e com a Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT) sobre a atuação da DPE/SP em favor dos catadores e catadoras de resíduos sólidos.

### Reunião com GAEMA

O NCDH, por seus coordenadores Davi Quintanilha e Letícia Avelar, participou de reunião, em 23 de novembro, com o promotor de justiça Antonio Domingues Farto Neto, do GAEMA - Núcleo Tietê/Sorocaba, para tratar da defesa dos direitos dos catadores e catadoras da Coopernova Tietê no contrato firmado com a Municipalidade de Tietê.

### Protocolo de atuação em defesa de catadoras/es

O NCDH reuniu-se, nos dias 10, 17 e 24 de novembro, com defensores e defensoras que atuam com o tema da implementação da política de resíduos sólidos, para discussão e elaboração do Protocolo de Atuação em Direitos Humanos para Defensoras e Defensores Públicos na Defesa de Catadores e Catadoras de Material Reciclável, o qual foi apresentado na reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do CONDEGE (mais informações na parte inicial deste boletim). Uma das reuniões contou com a participação da ANCAT (Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis) e do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR).



### Caderno da EDEPE

A Escola da Defensoria Pública prorrogou até 17/01/2022 o prazo para apresentação de artigos para o Caderno da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com o tema "A defesa dos direitos das catadoras e catadores e a gestão dos resíduos sólidos". Os artigos devem ser encaminhados para o e-mail [nucleo.dh@defensoria.sp.def.br](mailto:nucleo.dh@defensoria.sp.def.br). Clique [aqui](#) para saber mais sobre a submissão de artigos.



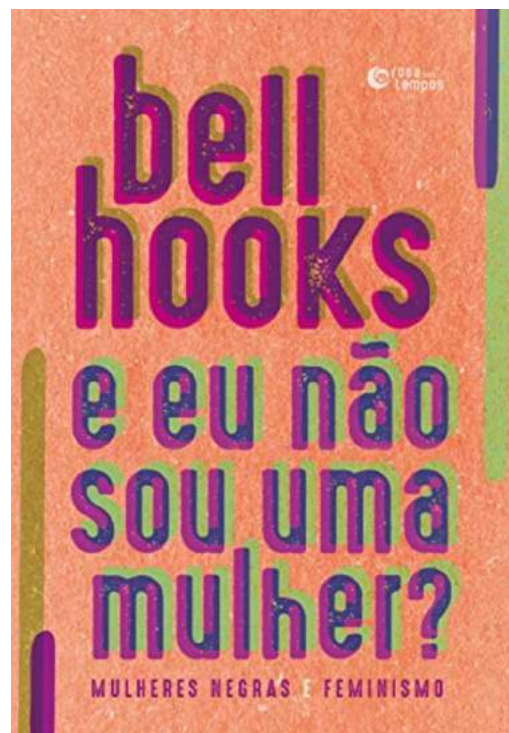


## PARA LER, OUVIR E VER



### PARA LER

Em "E eu não sou uma mulher?", bell hooks examina o impacto do sexismo nas mulheres negras durante a escravidão, a desvalorização da mulheridade negra, o sexismo dos homens brancos e negros, o racismo entre as feministas, os estereótipos atribuídos a mulheres negras, o imperialismo do patriarcado e o envolvimento da mulher negra com o feminismo. A obra discute o racismo e o sexismo presentes no movimento pelos direitos civis e no feminista, desde o sufrágio até os anos 1970. O título do livro é inspirado no discurso de Sojourner Truth, mulher negra que havia sido escravizada e se tornou oradora depois de liberta em 1827, e que denunciou, em 1851, na Women's Convention - no discurso que ficou conhecido como "Ain't I a Woman" - que o ativismo de sufragistas e abolicionistas brancas e ricas excluía mulheres negras e pobres.



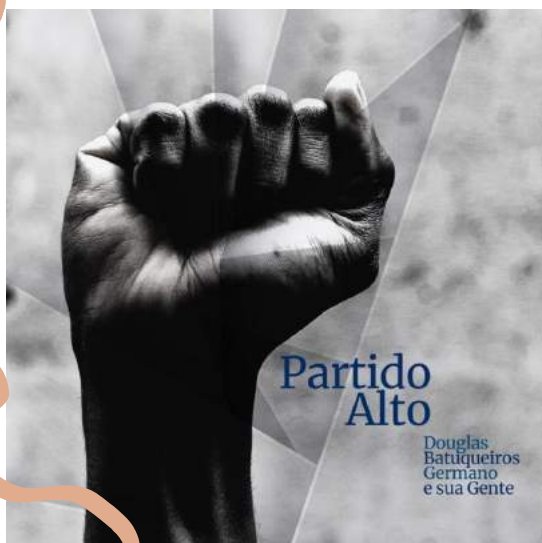
### PARA OUVIR



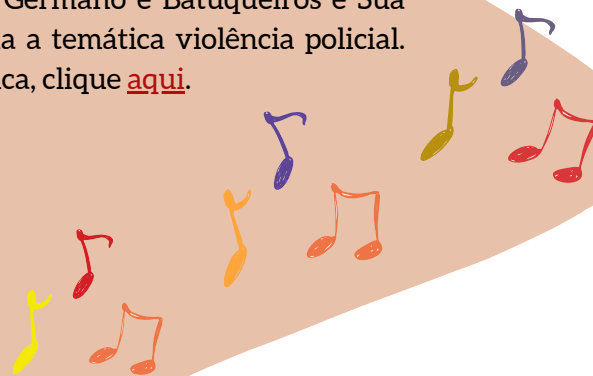
Podcast AponteCast - episódio "Pop rua (in)visível | saúde mental seletiva. Neste episódio do Apontecast a temática é o direito à saúde mental na população em situação de rua. A representante do Jovens Sem Fronteiras (JSF), Mariana Coelho, conversou com a psicóloga e coordenadora do projeto Juntos Alexandra Nigri, pra contar um pouco sobre o projeto no qual o JSF faz parte com a sua frente de ativismo social. Em outro momento da conversa, participaram também os convidados Darcy Pereira, atual líder do movimento nacional da população em situação de rua e diretor presidente do CISARTE (@cisarte.rua), que irá abordar o tema em conjunto com a atuação da entidade e André Soler, atual CEO do projeto SP invisível (@spinvisível). Para ouvir, clique [aqui](#).



## PARA OUVIR



A música Capitão do Mato, do álbum Partido Alto, de Douglas Germano e Batuqueiros e Sua Gente, que aborda a temática violência policial. Para ouvir a música, clique [aqui](#).



projecemos



projecemos



projecemos



## PARA VER

No dia 01/12 às 12h estreou a série Paraisópolis: 3 atos, 9 vidas. Ao todo são 9 vídeos produzidos pelo CAAF, pelos Núcleos Especializados de Infância e Juventude e de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e pelos familiares das vítimas, que apresentam os resultados de uma análise multidisciplinar sobre as mortes dos 9 que perdemos na madrugada de 01/12/2019, durante ação do 16º Batalhão da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) junto à festa de rua "Baile da DZ7", em Paraisópolis, zona sul de São Paulo.

Chamadas de "Não Foi Resistência", "Não Foi Pisoteamento" e "Não Foi Socorro", a série audiovisual reconstrói três momentos chave da dinâmica dos fatos a partir dos documentos, provas periciais e materiais coletados no Inquérito Policial, confrontando os três pilares da narrativa policial que busca conferir legitimidade à ação. Os vídeos também são uma homenagem aos 9 jovens, por isso, cada uma das três sequências de fatos inicia com uma mini-biografia com relatos de suas vidas.

Os vídeos foram objeto de mobilização em redes sociais e também projetados em alguns pontos da cidade para divulgação. Para assistir, clique [aqui](#).

## EQUIPE DO NÚCLEO

### Coordenação

Davi Quintanilha Failde de Azevedo  
Fernanda Penteado Balera  
Letícia Marquez de Avelar

### Centro de Atendimento Multidisciplinar

Mathias Vaiano Glens - psicólogo  
Wilherson Carlos Luiz - sociólogo

### Equipe Administrativa

Rafael Alves de Moura - oficial  
Tatiane Medeiros Cruz - oficial  
Geovanna de Souza Ribas - estagiária

### Defensoras/es Integrantes

Adriana do Carmo Rios dos Santos  
Antonio Jose Maffezoli Leite  
Bruna de Cassia Teixeira Werneck  
Caio Jesus Granduque Jose  
Cecilia Nascimento Ferreira  
Daniela Batalha Trettel  
Davi Quintanilha Failde de Azevedo  
Fernanda Penteado Balera  
Fernanda Dutra Pinchiaro  
Gabriela Mosciaro Padua  
Gustavo Siqueira Marques  
Letícia Marquez de Avelar  
Marcelo Carneiro Novaes  
Marcelo Dayrell Vivas  
Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II  
Rafael Alvarez Moreno  
Rafael Lessa Vieira de Sa Menezes  
Tatiana Belons Vieira  
Vitor Ortiz Amando de Barros

### Advogadas Voluntárias

Giulia Novaes Poli  
Maria Carolina Cavalcante Flores  
Gachido

### Estagiárias/os de Direito

Alexia Evelyn Candido de Oliveira  
Carina Rivero Pasqualin  
Carolina Rosmaninho Beraldo Barreto  
Giovanna Christie de Mello Brandão  
Henrique Abdul Nour Tiosso  
Mariana Coelho Prado  
Micaela Tavares Nobemassa  
Vinicius Vieira Gusmão

## COMISSÃO DO BOLETIM

Alexia Evelyn Candido de Oliveira  
Carina Rivero Pasqualin  
Carolina Rosmaninho Beraldo Barreto  
Giovanna Christie de Mello Brandão  
Giulia Novaes Poli  
Henrique Abdul Nour Tiosso  
Mariana Coelho Prado  
Micaela Tavares Nobemassa  
Vinicius Vieira Gusmão

